

Crise estrutural fluminense e a abordagem da “Escola de Campinas”: uma interpretação baseada nas contribuições de Wilson Cano

**Bruno Sobral, Bruno Freire e Maria Clara Paiva
FCE/UERJ**

Influência da escola de pensamento da CEPAL e de sua ideologia nacional-desenvolvimentista:

- Rejeição da separação das ciências econômicas das demais ciências sociais.
- Negação de uma “monoeconomia”, ou seja, que seja capaz de conceituar um conjunto de fundamentos lógicos-dedutivos que tenha validade universal sem uma análise histórico-geográfica rigorosa.
- É fundamental a investigação do sentido da formação econômica e seus determinantes sobre a questão urbana e regional.

**Em suma, impossibilidade de
uma teoria geral do desenvolvimento**

Revisão conceitual do paradigma cepalino (uma alternativa não desconsiderando, e sim a partir dele):

- Aprofundar a análise em Economia Política, sem síntese keynesiano-neoclássica em voga nos primórdios da CEPAL.
- Ir além da autocrítica feita no diálogo com correntes da Teoria da Dependência.
- Superar foco na interação entre as condições interna e externa do desenvolvimento (explicação em última instância pelo “intercâmbio desigual”).
- Problema central deixa de ser a viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil (modo de produção dominante desde a economia colonial exportadora).
- Investigar limites para a reprodução ampliada do capital, ou seja, limites no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Em suma, abordagem “endógena” sobre natureza do padrão de acumulação (macrodinâmica em ciclos e transições estruturais)

A questão a ser resolvida não é o capital no espaço, mas o desenvolvimento do capitalismo no espaço

- A compreensão da problemática regional pela perspectiva de estruturação da economia nacional, ou seja, a integração econômica no território.
- Movimentos mais gerais do “capitalismo tardio” brasileiro (ciclos e transições estruturais de um padrão de acumulação) estão associados às fases de articulação da divisão inter-regional do trabalho.
- Desenvolvimento nacional pode gerar relevantes relações inter-regionais , mas a generalização das transformações estruturais ser limitada.
- Investigar as formas concretas do desenvolvimento de formações capitalistas nas diferentes regiões (ao invés de transposição direta das leis de movimento do capital e da dinâmica da concorrência capitalista à realidade concreta).

Em suma, contrapor-se a visões conceituais como de “regiões que exploram regiões”.

A discussão de “complexo regional” como a principal categoria de análise do desenvolvimento

- Conjunto de atividades inter-relacionadas como sistema de produção e circulação.
- Opera na base de relações capitalistas de produção em transformação para alargar os horizontes de seu próprio processo de acumulação de capital.
- Esse processo se dará de forma cada vez mais orgânica internamente, e tende a instituir uma relação centro-periferia com outras regiões.
- Enquanto matriz das forças produtivas capitalistas mais modernas, imprimi os rumos decisivos do processo de acumulação de capital no país (tendência à estruturação oligopólica de mercados)

Portanto, a consolidação de um “complexo regional” dominante está identificada com as raízes de uma transição histórica necessária para formação de uma economia nacional.

SP constituiu um centro dinâmico, ou seja, um polo que permitiu a expansão das diversas economias regionais

- As raízes históricas da concentração econômica em SP são devidas ao poder de transformação do “complexo cafeeiro paulista” (e não “exploração” da periferia).
- Estrutura produtiva mais diversificada e com a instituição de relações capitalistas de produção mais avançadas que as demais regiões.
- Isso já ocorre antes da década de 1930, logo, em período anterior à própria industrialização nacional e seus padrões de articulação inter-regional.
- Coerência imposta por São Paulo sobre regiões aderentes, no qual o resto passa a funcionar como espaço econômico complementar.
- Efeitos de estímulo (ampliação do grau de complementariedade inter-regional) superiores aos efeitos de bloqueio (impossibilidade da periferia reproduzir o processo histórico do desenvolvimento paulista) e de destruição (desvantagem dos empreendimentos periféricos na competição com aqueles do polo).

Não há “imperialismo” interno.

Debilidade, na periferia nacional, do desenvolvimento das relações capitalistas de produção avançadas:

- Coerência imposta por SP se sobrepôs (não superou) às bases de poder e aos lócus de reprodução econômica de oligarquias regionais (de renda, propriedade, controle político, acesso ao Estado etc.)
- Recriaram-se formas pretéritas de relações sociais de produção, em particular, vinculadas à retrógrada estrutura fundiária regional.
- Soma-se a isso as formas limitadas de modernização econômica, ancoradas basicamente em subsídios a valorização de capital (quando não somadas a lógicas privatistas sobre o patrimônio estatal e as concessões públicas)
- Em grande medida apenas garantindo mecanismos de acomodação social.
- Reproduz problemática de mercado de trabalho e falta de atendimento das necessidades de amplas massas não assistidas (logo, baixos indicadores sociais).

Cerne da investigação é por em evidência a natureza do capital mercantil na periferia e seu caráter conservador

- Capacidade de combinar o moderno com o atraso, acomodando interesses das novas elites com os das velhas elites que o representam.
- Por exemplo, mantendo o processo de urbanização sob seu comando.
- Controle sobre formas de financiamento, armazenagem e distribuição, bem como aparelho de Estado e acesso privilegiado as verbas públicas e influência política sobre a localização de investimentos públicos e serviços coletivos.
- Adquirindo funções especializadas como capital imobiliário e reservando frentes de valorização no setor de serviços: redes varejistas/shoppings, hotelaria, construção civil, e empresas de transporte coletivo.
- Metamorfoseando em capital produtivo ainda que base principal de valorização não seja (por exemplo, criando empreendimentos para tirar proveito de políticas de incentivo com claro componente especulativo).

Centralidade carioca não dependeu necessariamente de estruturar uma economia em escala regional

- Antes que ocupação produtiva regional, a formação de núcleo urbano importante por articulações internacionais: eixo de rotas ultramarinas.
- O padrão de acumulação mercantil tinha como base principal o mercado de escravos, base de poder e aliança das classes proprietárias.
- Mesmo no complexo cafeeiro, a razão de ser do negócio não era produtiva, e sim valorizar o negócio fundamental: a escravidão (boom no século XIX).
- Travou-se a formação de mercados fundadores das relações sociais de produção capitalista, como o mercado de terras e o mercado de trabalho.
- Manteve estrutura de dominação apesar da perda de primazia econômica para SP que avançou suas relações sociais de produção capitalista.

Quanto mais importante a centralidade carioca, novas ocupações intersticiais de natureza mercantil são criadas

- Após fim da escravidão, a produção urbana e o controle de seus serviços se transformaram na principal fonte de reprodução dos capitais mercantis.
- Configurou-se padrão desigual de urbanização que acelera a periferização da força de trabalho e/ou sua ocupação em áreas à margem da cidade formal privando as classes subordinadas de inclusão plena.
- Um processo de metropolização precoce ganhou evidência sem proporcional desenvolvimento institucional.
- Impediu o acesso mais democrático à apropriação do território e se consolidou a lógica do clientelismo urbano funcionalizando a pobreza
- Todavia, configurou-se também a principal arena de articulação estratégica do projeto nacional a partir da centralidade carioca.

Dependência do projeto nacional para maior avanço do desenvolvimento capitalista na região

Estado brasileiro liderou no RJ uma fronteira moderna de acumulação associada ao terciário superior e a uma das principais bases industriais do país (inclusive com vetores de interiorização econômica).

X

Nenhum dos complexos industriais possíveis foram consolidados , nem garantiu formação de novas centralidades e economias regionais sólidas.

Desenvolvimento de mercado de trabalho mais estruturado apoiado na concentração de um polo educacional e uma rede ampla de institutos de C&T.

X

Capital mercantil manteve controle sobre as principais atividades na maior parte do território e intensivas em mão de obra.

Projeto nacional contraponto modernizador à lógica dos capitais mercantis locais (ainda que também permita novas funções a eles).

Interrupção do projeto nacional e desindustrialização levam à explicitação do esvaziamento econômico no RJ

- A região não sofreu apenas os rebatimentos de uma problemática nacional, e sim se tornou um dos epicentros dessa problemática.
- É inegável a influência recente da conjuntura macroeconômica desfavorável, mas não é simples questão de rebatimentos de cenário nacional adverso.
- Falta de instâncias regionais de governança e respectivas ações planejadoras.
- Maioria das economias permanece dominada por atividades pouco indutoras, ou seja, dependentes da circulação de renda já existente.
- Como fenômeno mais significativo, destaca-se tendência à “estrutura produtiva oca”, o que se reflete em incapacidade de ampliar arrecadação tributária.

Compreensão do diagnóstico bem limitada na condução de políticas públicas no RJ: agenda não prioritária e pouco institucionalizada.

A centralidade carioca não foi enfraquecida, mas mudou sua natureza e está “desfigurada”

- Circuito imobiliário subordina todo resto a sua lógica e comanda evolução do capitalismo no território que já possui o metro quadrado mais caro do país.
- Sob gestão pública “empresarial”, o espaço urbano vem se tornando a base do poder de classe que concilia patrimônios imobiliários e mobiliários (mas de forma acrítica sobre a efetividade dos potenciais indutores).
- Demandas sociais ficam subordinadas e, no limite, reprimidas para não atrapalharem projetos que sustentam focos de hipervalorização fundiária.
- Projeto nacional negado diante das medidas de desregulamentação propícias ao uso do solo atrelado à lógica dos mercados financeiros globalizados.

**Não há mais contraponto
ao domínio dos capitais mercantis locais.**



Rede de Estudos em Planejamento e Política
Pública Regional orientada ao Rio de Janeiro



<https://www.facebook.com/rede.pro.rio/>

<https://www.instagram.com/rede.pro.rio/>